



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS DE PORTO NACIONAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**JEFFERSON DA SILVA BARBOSA**

**A expansão agrícola no Oeste Baiano e a formação do MATOPIBA (1980 - 2010)**

Porto Nacional/TO

2024

**Jefferson da Silva Barbosa**

**A expansão agrícola no Oeste Baiano e a formação do MATOPIBA (1980 - 2010)**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de História para obtenção do título de graduado e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Êça Pereira da Silva

Porto Nacional/TO  
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- B238e    Barbosa, Jefferson da Silva.  
          A expansão agrícola no Oeste Baiano e a formação do Matopiba (1980 -  
          2010). / Jefferson da Silva Barbosa. – Porto Nacional, TO, 2024.  
          49 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
          Universitário de Porto Nacional - Curso de História, 2024.  
          Orientadora : Êça Pereira da Silva
1. Agronegócio. 2. Matopiba. 3. Oeste da Bahia. 4. Neoliberalismo. I.  
          Título

**CDD 901**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

FOLHA DE APROVAÇÃO  
JEFFERSON DA SILVA BARBOSA

**A expansão agrícola no Oeste Baiano e a formação do MATOPIBA (1980 - 2010)**

Monografia foi avaliada e apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT/Campus Universitário de Porto Nacional), Curso de história para obtenção do título de graduado e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 13 / 11 / 2024

Banca Examinadora

---

Orientadora: Prof. Dra. Êça Pereira da Silva, UFT

---

Examinadora: Profa. Dra. Fabiana Scoleso, UFT

---

Profa. Dra. Viviane Alves de Moraes, Pós-Doc FD-USP

*Dedico este trabalho a toda minha família e aos meus amigos de longa data, fonte de minha inspiração e persistência. De forma especial, dedico este trabalho ao meu irmão Danilo (in memorian) e ao meu primo Enzo Miguel (in memorian)*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por suas infinitas misericórdias e também pela minha família e amigos que mesmo que de forma indireta fizeram parte desse incrível universo que é a vida acadêmica de um universitário, em especial minha avó, Maria Arnalda pelas orações.

Aos meus familiares, agradeço de forma especial, minhas tias, Débora e Meury por todo apoio durante essa trajetória, aos meus tios, Ronaldo Barbosa e Samuel Trindade por se mostrarem como exemplos de força, coragem e dedicação, aos meus primos, Kauan França, Kaene França e Thamyres Silva, por serem bem mais que primos, amigos, verdadeiros irmãos.

Aos meus amigos de longa data, em especial, Luiz Carlos Trindade, Raricia Silva, Luciano Folmann, Iara Silva, Elene Paiva, Luanna Reais, Wesley Souza e Bianca Maceno, fonte de inspiração e fé, pessoas que em mim, nutre respeito e admiração.

Aos amigos que ganhei durante a graduação, em especial, Vinicius Mota, Paulo Ricardo, Francisco Neto, Lucas Vieira, Tainara Rocha, Antonia Jamilly, Tiago Ribeiro, Thiago Cardoso, Cauã Rodrigues, Diogo Ribeiro, Denisson Ribeiro, Mateus Campos, Gabriel Ramos, Felipe Carvalho, André Rbemekwa e Bubacar Djata, pessoas com quem tive debates calorosos e troca de conhecimentos.

Aos professores do Curso de História, em especial agradeço minha orientadora, Prof. Dra. Êça Pereira da Silva, que para além desta orientação, me ensinou e ajudou a construir um vocabulário historiográfico, através de uma educação ilustrada, com ênfase nas instituições, na política e na ciência, não se eximindo do papel do professor historiador em suas aulas, despertando ainda mais meu respeito pela ciência histórica.

A Universidade Federal do Tocantins, por ter me proporcionado a oportunidade de conhecer a academia e garantido minha permanência através dos seus diversos incentivos.

Muito Obrigado!

## RESUMO

A expansão do agronegócio para a região Oeste da Bahia, gerou profundos impactos econômicos e políticos que implicam em novas dinâmicas sociais e produtivas na região, caracterizado pela agricultura mecanizada. Esse movimento constitui-se pela incorporação de novas áreas do cerrado brasileiro, estendendo-se para outras regiões que culminou na formação do MATOPIBA - acrônimo que refere-se aos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Nesse viés, a proposta deste trabalho vislumbra analisar as mudanças ocasionadas pelo agronegócio na região oeste da Bahia entre 1980 e 2000, a partir de uma ampla revisão bibliográfica a respeito do tema, destacando a formação histórica do oeste baiano, o papel do estado brasileiro nesse processo através do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados.

Palavras-chave: Agronegócio; Matopiba, Oeste da Bahia; Neoliberalismo.

## **ABSTRACT**

The expansion of agribusiness to the western region of Bahia generated deep economic and political impacts that imply new social and productive dynamics in the region, characterized by mechanized agriculture. This movement is constituted by the incorporation of new areas of the Brazilian cerrado, extending to other regions that culminated in the formation of MATOPIBA - an acronym that refers to the states of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia. In this sense, the proposal of this work aims to analyze the changes caused by agribusiness in the western region of Bahia between 1980 and 2000, based on a broad bibliographical review on the subject, highlighting the historical formation of western Bahia, the role of the Brazilian state in this process through the Cooperation Program Nipo-Brazilian for the Development of the Cerrados.

**Key-words:** Agribusiness; Matopiba, West Bahia; transformação.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Oeste da Bahia .....	15
Figura 2: Localização do MATOPIBA.....	26

## LISTA DE SIGLAS

**CONAB** - Companhia Nacional de Abastecimento.

**CTG** - Centro de Tradições Gaúchas.

**DNOCS** - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

**EMBRATER** - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

**FMI** - Fundo Monetário Internacional.

**GITE** - Grupo de Inteligência Territorial Estratégica.

**IAA** - Instituto do Açúcar e do Alcool.

**IBC** - Instituto Brasileiro do Café.

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

**MATOPIBA** - Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia.

**PADAP** - Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba.

**PCI** - Programa de Crédito Integrado do Cerrado.

**POLOCENTRO** - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.

**PROINE** - Programa de Irrigação do Nordeste.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 A MARGEM ESQUERDA DO VALE DO SÃO FRANCISCO.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 MEIOS DE SUBSISTÊNCIA NO OESTE DA BAHIA .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 UM NOVO OESTE: ENTRE TERRITÓRIO E IDENTIDADE.....</b>	<b>20</b>
<b>2.3 PROPRIEDADE E TERRITÓRIO NO ALÉM DO SÃO FRANCISCO .....</b>	<b>24</b>
<b>3 REFORMA DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS E REESTRUTURAÇÃO NA DÉCADA</b>	
<b>1990 .....</b>	<b>28</b>
<b>3.1 PRODECER: EM BUSCA DO PROGRESSO .....</b>	<b>31</b>
<b>4 EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO PARA O MATOPIBA.....</b>	<b>34</b>
<b>4.1 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA .....</b>	<b>34</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As dinâmicas políticas e econômicas da América Latina e Caribe sempre estiveram historicamente associadas a exportação de insumos agrícolas, que causou um tardio processo de industrialização nesses países. Segundo Ana Maria (2000), foi durante a segunda guerra mundial que os países latino americanos começaram a desenvolver suas indústrias em detrimento da crise que a Europa enfrentava por conta da guerra. Neste período os EUA tiveram um crescimento gigantesco em sua economia pelo fornecimento de produtos latino-americanos às nações envolvidas no conflito (SANTOS, 2000).

No entanto, a partir da segunda metade do século XX, observa-se a desindustrialização dos países latino americanos, voltando seus investimentos a exportação de *commodities*, dentre os novos investimentos, destaca-se a agricultura mecanizada voltada ao mercado internacional. De acordo com Scoleso (2022) na segunda década do século XXI, a agricultura mecanizada alcançou importantes índices na balança comercial do Brasil, consolidando-se como um dos pilares da economia brasileira início de século XXI, mas que “demonstra a potência da reprimarização do país pela via da integração subordinação ao comércio e economia global pelas commodities” (SCOLESO, 2022, p.29).

No Brasil, uma importante região nessa dinâmica produtiva, que alcança mercados internacionais, é o MATOPIBA, que vem apresentando dados significativos na balança comercial do país, como mostra Scoleso em seu livro, Transnacionalismo, Agronegócio e Agricultura 4.0.

Apesar dos grandes números que a região apresenta, nem sempre foi assim, a expansão do agronegócio para a região do Matopiba<sup>1</sup> surgiu em um contexto de transformações significativas no cenário agrícola brasileiro, impulsionado por uma série de fatores econômicos e políticos que surgiram na segunda metade do século XX. Neste contexto, observa-se um amplo conjunto de mudanças sociais, políticas e econômicas no território brasileiro.

As bases econômicas brasileiras se consolidaram a partir de meados do século XX em torno da agricultura tecnificada, tendo o Oeste baiano como grande precursor da modernização agrícola no bioma cerrado, por intermédio de investimentos estatais e a anexação de empresas internacionais (BARROS, 2019) e abriu espaço para o

---

<sup>1</sup> Acrônimo que denomina a região que engloba porções de territórios dos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e a totalidade do Tocantins.

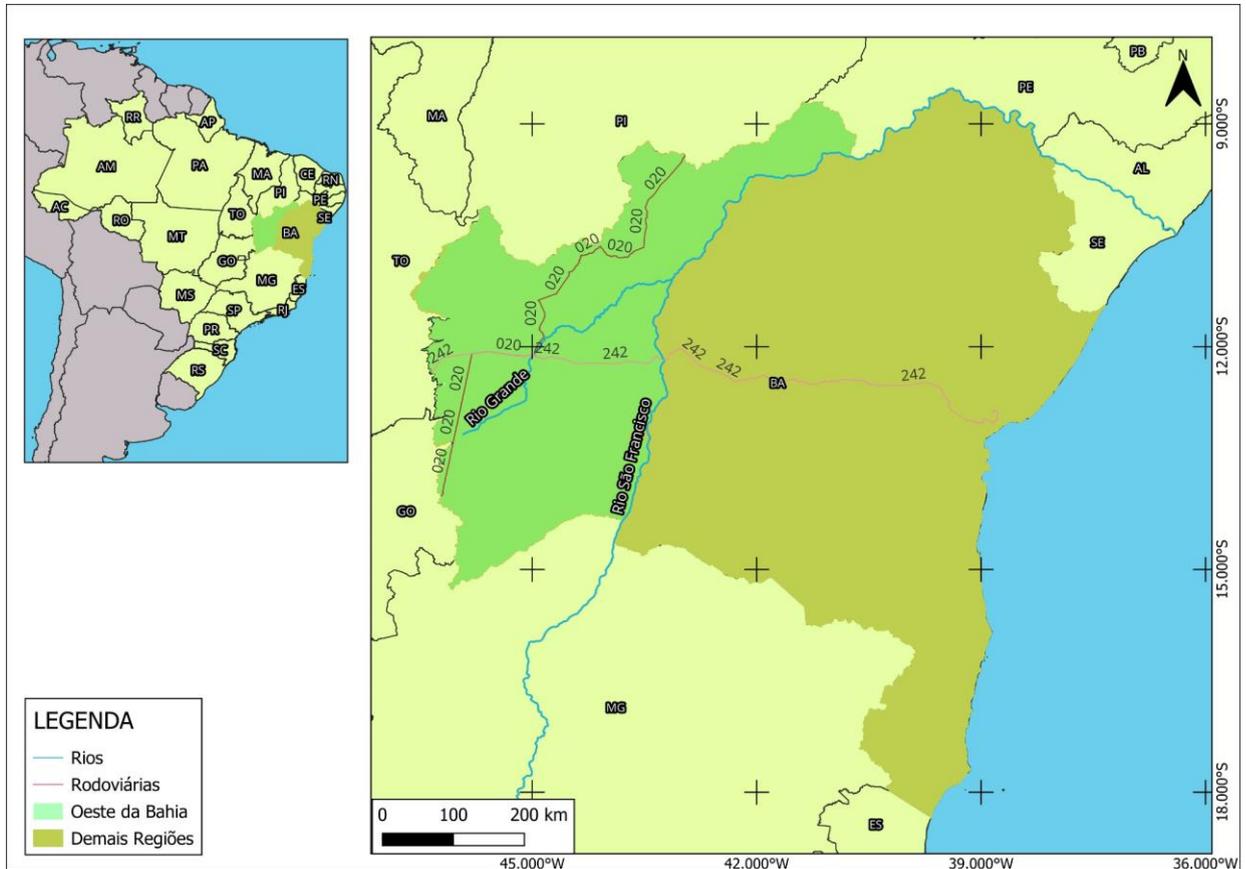
Desenvolvimento da agricultura moderna nos cerrados do norte e nordeste, conhecido como MATOPIBA.

A presente pesquisa objetiva a identificação e análise dos aspectos econômicos, políticos e sociais que motivaram a expansão agrícola no Oeste baiano entre os anos de 1980 e 2010. Estabelecendo o caminho de compreender as transformações econômicas ocorridas no estado brasileiro durante o período indicado relacionado-o com o contexto e a realidade local. Com isto, faz-se necessário examinar as mudanças nas relações políticas e sociais promovidas pela expansão do agronegócio, com ênfase na distribuição de terras e no acesso a políticas públicas.

Nessa perspectiva, este trabalho está organizado da seguinte forma: ampla revisão bibliográfica a respeito do tema, na qual será destacada, a formação histórica do Oeste da Bahia, a expansão do agronegócio para os cerrados da Bahia, as principais transformações do Oeste da Bahia e o papel do Estado nesse processo. Por fim, nas considerações finais será apresentado as principais considerações e reflexões por meio desta análise.

## 2 A MARGEM ESQUERDA DO VALE DO SÃO FRANCISCO

FIGURA I: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO OESTE DA BAHIA



Organização: Jefferson da Silva Barbosa, 2024.

O lado esquerdo da margem do Rio São Francisco, hoje chamado de Oeste da Bahia ou oeste baiano, compõe características geo-históricas um tanto quanto distintas das outras regiões que fazem parte da unidade federativa baiana, pois foi a última grande malha territorial a ser anexada pela Bahia (BARROS, 2019).

Apesar dos termos região Oeste da Bahia e oeste baiano, trazerem uma ideia de equivalência, na prática não é bem assim, segundo explica BRANDÃO (2016) o primeiro termo trata-se uma divisão composta de por 22 municípios baseada na divisão econômica do estado, enquanto o segundo termo faz referência a toda margem esquerda do Rio São Francisco, composta por 35 municípios, compreendendo uma área de 183 mil quilômetros quadrados (BRANDÃO, 2016) território que pertencia a comarca do Rio São Francisco, registrado pelos portugueses em 1501 e anexado ao território da Bahia em 1827, como forma de punição a província do Pernambuco decorrente do movimento separatista, Confederação do Equador (BRANDÃO, 2016).

O processo de povoamento do oeste da Bahia, anterior à década de 1980, foi marcado por uma série de eventos e transformações que moldaram a estrutura social e econômica da região. Carrara (2011) descreve a região como um “vazio demográfico e histórico” (CARRARA, 2011). No entanto, o movimento de povoação nesse território teve como um dos principais fatores a expansão do cultivo da cana-de-açúcar no litoral, que resultou na migração da pecuária para o interior baiano no século XVI. Esse movimento inicial de interiorização da pecuária está relacionado diretamente à demanda por terras menos valorizadas, onde o gado pudesse ser criado sem competição direta com as lavouras mais lucrativas do litoral, como a cana-de-açúcar e o fumo (SAMPAIO, 2012).

Já no início do século XVII a pecuária, por sua vez, desempenhava um papel crucial no estabelecimento das primeiras fronteiras econômicas do interior da Bahia, especialmente na bacia do rio São Francisco, onde vastas áreas de terras foram ocupadas por grandes fazendas. Esse movimento permitiu que o oeste baiano começasse a desenvolver uma dinâmica própria, ainda que tímida e baseada, principalmente, na produção de alimentos para abastecer as regiões mais urbanizadas. Conforme destacado por Leão (1989), a expansão da cana-de-açúcar e dos cultivos alimentares no Recôncavo Baiano empurrou as atividades pecuárias e de subsistência para o interior, com a pecuária se tornando uma das principais atividades econômicas da região (LEÃO, 1989).

Nesse mesmo período, outro fator importante para a ocupação do oeste da Bahia foi a mineração, que se desenvolveu paralelamente à expansão da pecuária. A mineração, especialmente nas regiões de Goiás e Minas Gerais, estimulou a criação de rotas de comércio que cruzavam o território baiano, transformando pequenos povoados em importantes entrepostos comerciais. Essa movimentação populacional para as regiões de mineração, muitas vezes realizada por vias fluviais, também ajudou a consolidar alguns núcleos urbanos no interior da Bahia (ALVES, 2006).

Os principais rios da região oeste, como o São Francisco e o rio Grande, serviram de rotas de comunicação e transporte para os migrantes que atravessavam o território baiano rumo às minas de Goiás e Minas Gerais. Conforme observado por Santos Filho (1989), essa navegação fluvial foi essencial para a formação de núcleos de povoamento ao longo das rotas de comércio e para o crescimento de pequenos povoados que se transformaram em entrepostos comerciais importantes (SANTOS FILHO, 1989).

Até meados do século XX, a rede urbana na região oeste da Bahia era extremamente rarefeita. As principais cidades da região, como Barra, Barreiras e Bom Jesus da Lapa, possuíam populações pequenas e pouco desenvolvidas em termos de infraestrutura. Essas

idades, apesar de sua importância como centros regionais, eram ainda muito dependentes das atividades econômicas tradicionais, como a pecuária e a agricultura de subsistência, além de contar com uma rede de transportes limitada (PRADO JUNIOR, 2008).

O rápido processo de modernização, que está ligado às relações de propriedade e de mercado, a nível local, nacional e internacional, modificando as estruturas sociais e políticas locais, dada as reorganizações dos poderes políticos e sociais.

Para Santos (2016), as transformações na rede urbana no início do século XX, tirou a cidade de Barra do controle regional que exercia desde o período colonial, por conta da diminuição do uso do entreposto fluvial através do rio São Francisco, mudando para o entreposto comercial rodoviário de Barreiras que se emancipou de Angical em 1891 (SANTOS, 2016).

Em 1941, foi inaugurado o aeroporto internacional de Barreiras, a fim de reduzir escalas de voos no Brasil, uma vez que Barreiras encontra-se na região epicentral do país. Todavia, tratava-se de um projeto geopolítico de interesse estadunidense, que, durante a Segunda Guerra Mundial, utilizou esse aeroporto como base militar” (SANTOS, 2016, p.39), também para facilitar a extração do latex, outra significativa instalação na cidade de Barreiras foi uma agência do Banco do Brasil, em 1943.

Nos anos de 1950, em Barreiras, foram construídos um Posto de Fomento Agropecuário do Ministério da Agricultura e uma filial do Instituto de Fomento Econômico da Bahia em 1957 (SANTOS FILHO, 1989). Entre os anos de 1958 e 1962, foram criados 14 novos municípios, Cocos, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto, São Desidério e Cristópolis, são alguns deles, que na interpretação de Santos Filho, “implicou numa estrutura, ainda que precária, dos serviços administrativos dos novos municípios, assim como na canalização de recursos” (SANTOS FILHO, 1989, p.28).

Outro interessante movimento pontuado pelo autor foi a inauguração de Brasília em 1960, como nova capital Federal no Interior do Brasil, movimentou as terras de todo cerrado brasileiro e possibilitou assim uma valorização das terras do Oeste Baiano.

Brasília vincula o futuro dos cerrados baianos ao Brasil Central e, por isso, desenha antecipadamente os eixos da futura malha rodoviária regional. Antes que essa malha seja implantada, contudo, o Estado volta a marcar presença, em 1966, com a construção da hidrelétrica de Correntina, responsável pelo abastecimento de energia elétrica na região (SANTOS FILHO, 1989, p.28)

A partir da decisão estratégica da instalação de Brasília no Brasil-Central, viu-se a necessidade da construção das rodovias 242 (Brasília-Ibotirama) e 135 (Brasília-Piauí), nas quais ambas cruzavam o município de Barreiras permitindo a integração do Oeste baiano à

política do Brasil-Central e facilitando o escoamento da produção agrícola e promovendo uma inversão dos fluxos econômicos (Santos, 1997).

Essa valorização estimula um movimento de apropriação/redistribuição da terra, que se ambienta com o financiamento estatal para novas “atividades”: criação de gado em bases técnicas mais modernas [...] ocorre a implantação, pela CODEVASF, de projetos de colonização e irrigação, como no caso do perímetro de Barreiras/São Desidério. (SANTOS FILHO, 1989, p.29)

Multiplicando bens e serviços, como resultado da expansão do mercado regional:

Multiplicam-se, sobretudo em Barreiras, os estabelecimentos comerciais, hotéis, agências bancárias, empresas de reparos. Ao mesmo tempo, o fluxo de migrantes, reforçado pelo êxodo rural decorrente das mudanças na estrutura fundiária da região, garante a formação embrionária de um mercado de trabalho regional (SANTOS FILHO, 1989, p.29)

A dinâmica que envolve os processos econômicos citados acima, se dá pela entrada de capital e a movimentação deste capital dentro do comércio local, provocando o aumento da liquidez e da economia regional, facilitando que nos fins dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 se iniciasse o movimento de modernização agrícola para a plantação de grãos nos cerrados.

Conforme Alves (2015), a modernização da agricultura no oeste da Bahia também influenciou diretamente a formação de novos núcleos urbanos. Esses núcleos, muitas vezes localizados ao redor de silos de empresas agrícolas ou de postos de combustíveis, apresentavam traçados urbanos modernos, com ruas largas e bem planejadas, pensadas para o uso intensivo de automóveis no futuro (ALVES, 2015).

Entre as novas aglomerações que surgiram ao longo dessas rodovias, destaca-se o que veio a se tornar a cidade de Luís Eduardo Magalhães, que se emancipou de Barreiras no início dos anos 2000. Tornou-se um dos principais centros do agronegócio no oeste da Bahia, atraindo investimentos em infraestrutura e consolidando-se como um dos pólos estratégicos do agronegócio da região (IBGE, 2010).

Essa nova dinâmica econômica também provocou uma série de transformações na rede urbana da região. Com a chegada de empresas agroindustriais, surgiram novos núcleos urbanos ao redor das áreas produtivas, muitas vezes em locais distantes das sedes dos municípios. Esses núcleos urbanos, que inicialmente eram formados por trabalhadores das empresas agrícolas e por pequenos comerciantes, rapidamente se expandiram e passaram a oferecer uma série de serviços, como postos de combustíveis, oficinas mecânicas e escolas (PEREIRA E KAHIL, 2010).

Outro aspecto importante desse processo de urbanização foi a chegada de novas ofertas de consumo sociais e culturais à região. O estilo de vida urbano, que antes era restrito

às cidades maiores, se espalhou por toda a região, atingindo até mesmo as áreas rurais. Esse fenômeno pode ser observado pela crescente demanda por produtos e serviços típicos de cidades maiores, como eletrônicos, automóveis e roupas de marca (SANTOS, 2008).

## **2.1 MEIOS DE SUBSISTÊNCIA NO OESTE DA BAHIA**

A região oeste da Bahia, apesar de desvinculada dos grandes ciclos econômicos que moldaram o litoral baiano, tem uma história rica e complexa, caracterizada por diferentes fases de ocupação e desenvolvimento. Desde o início de sua colonização no século XVI, a ocupação dessa região esteve fortemente associada à exploração e escravização dos indígenas “hostis”, realizada principalmente por desbravadores. Esses colonos, movidos pela busca de riquezas e a necessidade de mão de obra nos canaviais do litoral, adentraram o interior do que viria a ser a Bahia e iniciaram o processo de apropriação territorial por meio do sistema de sesmarias, que consistia na doação de grandes extensões de terra pela Coroa portuguesa (SEI, 2003).

Essas sesmarias, doadas aos colonizadores, transformaram-se nas primeiras propriedades voltadas à criação de gado no Oeste baiano. Com a introdução da pecuária, surgiram pequenos povoados e arraiais, especialmente ao longo dos vales do rio São Francisco e seus afluentes, como os rios Grande, Corrente e Preto. A ocupação da região não demandava uma alta densidade populacional, uma vez que a pecuária extensiva era a principal atividade econômica. As grandes fazendas de gado se espalharam pelo território, mas o povoamento humano continuava disperso, por séculos (VELHO, 2006).

A pecuária extensiva desempenhou um papel central no desenvolvimento econômico no Oeste baiano até meados do século XX, sendo a principal atividade da região até a chegada de novas frentes econômicas. No entanto, ao lado dessa atividade, também se praticava a agricultura de subsistência, que se desenvolvia nas áreas mais férteis, especialmente nas baixadas próximas aos rios. Essas áreas, com solos mais ricos e propícios à agricultura, eram utilizadas para o cultivo de alimentos básicos, garantindo a sobrevivência das populações locais (LAMBIN et al., 2001), o arroz, o feijão e o milho eram os principais insumos produzidos pela agricultura de subsistência.

Ao longo do século XVIII, a descoberta de metais preciosos como ouro, em Minas Gerais e Goiás impulsionou o fluxo migratório através do Oeste baiano. A região funcionava como um entreposto comercial para os viajantes que se dirigiam às áreas de mineração, e esse

aumento na circulação de pessoas e mercadorias também contribuiu para a consolidação de pequenas vilas e centros de comércio. Além disso, a navegação pelos rios da região, como o São Francisco, desempenhou um papel crucial na ocupação do oeste baianos, facilitando o transporte de mercadorias e pessoas (MARCHÃO et al., 2009).

No século XIX, a ocupação da região do Além São Francisco foi intensificada pela construção de infraestrutura básica, como estradas e vias de navegação fluvial. Barreiras, que hoje é uma das principais cidades da região, começou a se destacar como um importante centro comercial e agropecuário, em grande parte devido à sua localização estratégica às margens do rio Grande, um dos afluentes do São Francisco. A região consolidava-se como um ponto de interligação entre o interior baiano e as áreas de mineração e produção agrícola de outras partes do Brasil (VERDÉSIO, TORCHELLI & GUERRA, 1987).

A extração de insumos próprios dos cerrados, como o látex da mangabeira, também foi uma atividade lucrativa na região, estabelecendo uma relação de troca de mercadorias do interior do território baiano com o litoral no início do século XX, inserindo a região no ciclo da borracha.

## **2.2 UM NOVO OESTE: ENTRE TERRITÓRIO E IDENTIDADE**

Nos fins dos anos de 1980, a intensificação de investimentos de desenvolvimento dos cerrados atraiu um fluxo significativo de migração interna, com pessoas de diversas regiões do Brasil buscando novas oportunidades econômicas e de trabalho para o oeste baiano.

Um fenômeno notável nesse contexto migratório foi a predominância de migrantes provenientes das regiões Sul do país, que constituem a maioria dos recém-chegados ao oeste da Bahia. Esse movimento migratório foi impulsionado pela busca por terras mais baratas e férteis, além das oportunidades geradas pelo crescimento do agronegócio. No caso, sulista, um fator a ser considerado foi a construção da usina hidrelétrica de Itaipu que comprometeu 111.332 ha atingindo cerca de 42.444 pessoas (GERMANI, 2003) que foram forçadas a refazerem suas vidas em outros locais da região sul ou migraram para outras regiões, como é o caso da região nordeste, mais especificamente o oeste baiano.

Diante da ocupação gaúcha no Oeste Baiano, observa-se algumas mudanças indicadas por Haesbaert (1993) “outras roupas e falas, outros modos de ser e de fazer, outras técnicas e outras capitais, novas formas de produzir e de comunicar” (HAESBAERT, 1993). A migração

ocorrida do sul do Brasil para o Nordeste aos fins da década de 1980 e início dos anos 1990 causaram mudanças significativas no modo de vida dos nordestinos.

Em seu livro, o autor relata algumas histórias vividas por ele durante duas viagens para o oeste baiano, em sua primeira viagem, ocorrida em 1978, o autor expressa seu “espanto” com o Oeste Baiano ao deparar-se com um “deserto” e poeira da região. Em sua segunda viagem, 13 anos depois, o autor diz ter outro “espanto”, no entanto, desta vez, pela alta concentração de sulistas na região, assim como, o surgimento de uma nova paisagem, com plantações e silos graneleiros.

Ao analisar a literatura a respeito da identidade gaúcha e nordestina, Haesbaert (1993) afirma que o encontro entre gaúchos e nordestinos foi realizado por José de Alencar, Euclides da Cunha e o sociólogo Oliveira Vianna. A natureza muito distinta também é um elemento clássico que explicariam as diferenças culturais entre as duas identidades – visão que pode ser considerada para diferenciar, mas não para explicar as identidades, uma vez que, não leva em consideração a capacidade de se apropriar/criar que se (re)define a identidade, a dimensão simbólica.

O autor observa, em um imaginário construído e reproduzido pela literatura, havia uma ideia de “incompatibilidade” entre sul e nordeste, “um, signo da liberdade e da valentia do pampa, o outro, sinônimo de miséria e resistência nas agruras do semi-árido” (Haesbaert, 1997, p.60). Para além disso, na perspectiva de Oliveira Vianna, lhes é acrescentado o legado indígena de ambas as raças (atualmente muito criticado).

Numa visão de raça como algo intrínseco, dado, muitos apelam para a origem indígena tanto para corroborar traços positivos quanto negativos das “índoles” gaúcha e nordestina. Talvez o exemplo mais contundente dessa contradição seja a profunda metamorfose sofrida pelo termo “gaúcho”, que passou de expressão depreciativa, associada originalmente aos descendentes de indígenas, predadores ou “ladrões” de gado, para a qualificação altamente positiva a designar o “cen- tauro dos pampas”, o “monarca das coxilhas” (HAESBAERT, 1997, p.61).

Ou seja, fruto de um processo historicamente forjado pelos próprios sulistas, reivindicando uma identidade gaúcha em um dado momento passou a ser positivada pelos seus conterrâneos, constituído por grandes proprietários, uso habitual do chimarrão, radicalização política, velada a marginalização do negro e do indígena. Mas que em relação ao nordestino foi considerado o “civilizado” e o nordestino o “bárbaro”, endossado por uma visão euclidiana, referindo nos termos que se refere aos dois grupos, como destaca Haesbaert:

Comparando os termos “baianada” e “gauchada” nos dicionários, percebe-se claramente a contraposição de valores: o primeiro é visto como “fanfarrice, impostura de baiano”, “ação desleal, suja, patifaria”; gauchada, por sua vez, é “ação nobre ou

corajosa, própria do gaúcho”. Nos campos do Sul, uma ação tida como uma “gauchada” é uma proeza nas lides campeiras, enquanto “baianada” pode ser a “inabilidade em montar a cavalo ou em manejar o laço e as boleadeiras” ou simplesmente “erro ou inobservância de regras ou costumes dos gaúchos” (HAESBAERT, 1997, p.61).

Observa-se uma construção fortemente preconceituosa (no sentido epistemológico da palavra) em relação ao baiano e ao sertanejo baiano. Mas que mesmo assim, a “raça” sertaneja não deixou de ser exaltada, ora por seu caráter mestiço, ora por sua “pureza” e rusticidade (HAESBAERT, 1997, p.61) na visão euclidiana. De qualquer modo, cabe destacar que estes dois são caracterizados como símbolos extremos da brasilidade, no entanto em formas desiguais, os gaúchos como o apecer da brasilidade “civilizada” e heróica e o sertanejo como externo dos “não civilizados” em contraste com sua resistência e sofrimento.

Um traço importante incorporado as identidades desses dois grupos são a figura do caudilho latifundiário e a do coronel nordestino, que angariaram suas forças políticas na primeira república e incorporam-se em uma relação de poder pessoal e íntimo com as classes populares em ambos os casos, que no caso do Sul e seus diversos conflitos fronteiriços reforçou um caráter identitário e simbólico com a terra. De acordo com Haesbaert (1993), a identidade gaúcha se projetou a partir da seguinte forma: Aproximação e valorização da revolução Farroupilha; Reforço da identidade gaúcha através do pampa sul-americano (definido pelo IV congresso Internacional de Tradição Gaúcha, realizado na Argentina); Identificação atribuída (contra sua vontade) dos outros estados da federação que ao chegaram em outra federação era lhes atribuída essa denominação.

No que diz respeito à identidade nordestina, Haesbaert (1993) observa outro processo complexo de transformação: Fortalecimento da identidade nordestina em meados do século XIX com o movimento separatista da Confederação do Equador, relação do sertanejo com a terra a partir da construção do simbólico ligado à caatinga semiárido e a relação histórica da perda de influência do nordeste a partir do declínio do açúcar e o surgimento de uma nova elite algodoeira-pecuária.

A partir de uma concepção territorial lefebvriana do espaço vivido e carregado do simbólico, Haesbaert (1993) entende a “territorialização como um processo de apropriação do espaço, ao mesmo tempo concreta e simbólica, envolvendo sobretudo domínio político e apropriação/ identificação cultura” (HAESBAERT, 1997, p.153-154) e é justamente esta apropriação o do território que gera os confrontos identitários entre gauchos e baianos no Oeste Baiano, em uma dinâmica que envolve a desterritorialização e a apropriação destes espaços pelos gaúchos, em que Haesbaert (1993) chama de territórios-rede.

Tais conflitos levaram diversos embates de convivência entres os gaúchos e sertanejos baianos, envolvendo a “superioridade” da cultura (símbolo de poder econômico e desenvolvimento) e resistência do sertanejo como forma de autoproteção, vista ao preconceito que estes sofriam pelos estrangeiros em suas terras. Que resistiam em conflitos diários, como: aumento de preço e aluguéis para “gaúchos”; recusa em fazer acordos comerciais com sulistas; rejeição de candidatos gaúchos na política regional e também a resistência em aceitar professores gaúchos (HAESBAERT, 1997, p.154-155).

Apesar da resistência em diversos setores, como apresentados acima, envolvem mais a primeira década de imigração e fruto de uma violência sentida pelos baianos, como é a cidade de Barreiras que na primeira década, qual estima-se duas mil famílias (Haesbaert, 1997) na primeira década que de repente tudo que era baiano passou a ser “ruim” e tudo que era do sul passou a ser “bom”, como é o caso do sotaque que passou ser símbolo de poder econômico e civilidade.

Entre o dualismo de “ruim” e “bom”, está a ideia do baiano “ignorante e modesto” e o sulista “inteligente e ambicioso”, que de acordo com Haesbaert:

Essa estigmatização dos nordestinos tem muito a ver com a ética capitalista trazida pelos migrantes, o valor que dão à propriedade privada, sua tradição de trabalho familiar, mais autônomo, e um forte caráter étnico (a descendência européia, ítalo-germânica) na elaboração de sua identidade. Uma ética capitalista muito mais arraigada, herança de traços culturais distintos, é que faz o “gaúcho” atribuir outro valor ao trabalho (e ao lucro dele advindo), à propriedade privada, reforçando o mito burguês da ascensão social pelo “esforço pessoal”, e que o torna mais “inteligente”, inteligência que acaba muitas vezes por se definir como “esperteza” e trapaça pelos nordestinos. (HAESBAERT, 1997, p.160)

Neste viés, observa-se um conflito de perspectiva em como se enxergava o trabalho e produção de riqueza, em que o nordestino esteve mais voltado para questões de subsistência, seguido por uma ausência de grandes ambições, que podem ser explicados pela pouca instrução formal e o abandono histórico do cerrado pelo governo estadual e federal. Em contrapartida a ética capitalista dos gaúchos permeada pela ideia de acumulação, trouxe consigo um discurso de modernização, domínio de novas técnicas e tecnologias e que ao chegarem e não encontrarem mão de obra especializada para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, recorrem a preconceitos.

### 2.3 PROPRIEDADE E TERRITÓRIO NO ALÉM DO SÃO FRANCISCO

A análise sobre propriedade e territorialidade no além do São Franciscano envolve uma compreensão profunda da formação territorial e das dinâmicas de uso da terra no Cerrado brasileiro, com foco especial no oeste baiano e áreas adjacentes. A expansão do agronegócio, a modernização agrícola e os conflitos fundiários têm moldado a organização territorial, resultando em uma reestruturação das relações sociais, econômicas e espaciais nessas regiões.

O processo de ocupação do Cerrado e a conseqüente transformação de seu território passaram por diferentes etapas, com influências diversas ao longo dos anos. A territorialidade no Cerrado, particularmente na região além do São Francisco, está diretamente ligada ao avanço do capital e à reorganização produtiva ditada pela expansão do agronegócio, sendo marcada por intensas disputas pelo uso da terra. Conforme Alves (2006), o desenvolvimento territorial no Cerrado piauienses, por exemplo, reflete as estratégias de modernização que visavam transformar áreas tradicionalmente voltadas à subsistência em regiões de produção agrícola capitalista. Essa transformação não só alterou as práticas agrícolas locais, mas também gerou novas dinâmicas sociais, especialmente no que se refere ao acesso e controle da terra.

A modernização agropecuária no centro-norte do Brasil trouxe profundas implicações para a ocupação do Cerrado, resultando em uma urbanização acelerada e em mudanças significativas nas práticas de uso da terra (ALVES, 2015). Esse movimento implicou, também, na reconfiguração territorial, onde grandes conglomerados agroindustriais passaram a dominar vastas extensões de terras, muitas vezes em detrimento de pequenos produtores locais e comunidades tradicionais.

No entanto, a expansão do agronegócio e a modernização não ocorreram de maneira homogênea. Algumas áreas, especialmente nas margens dos grandes projetos agroindustriais, mantiveram formas de produção e organização fundiária tradicionais. Segundo Pereira e Kahil (2010), no sudoeste da Amazônia, por exemplo, ainda se observam práticas agrícolas voltadas ao consumo local, que coexistem com as grandes plantações voltadas para o mercado externo. Essa coexistência de sistemas de produção modernos e tradicionais evidencia a complexidade das dinâmicas territoriais nessas regiões.

O processo de formação territorial no oeste baiano está profundamente vinculado ao conceito de fronteira agrícola, onde as áreas de Cerrado passaram a ser vistas como espaços disponíveis para a expansão do agronegócio (Inocêncio e Calaça, 2009). Essa fronteira

agrícola, ao longo das décadas, foi empurrando os limites da produção, resultando em intensos conflitos fundiários, degradação ambiental e desestruturação de comunidades tradicionais. Como apontado por Anacleto e Miziara (2006), a expansão de fronteiras no Cerrado matogrossense gerou impactos socioambientais profundos, alterando tanto o ecossistema quanto a organização social das comunidades que ali viviam.

A introdução de novas práticas agrícolas, aliada à chegada de novos atores econômicos e políticos, transformou a estrutura agrária e fundiária do Cerrado, criando uma nova dinâmica territorial. Haesbaert (1995) destaca como o fenômeno da desterritorialização, muitas vezes associado à modernização e globalização, impactou a identidade e a organização territorial da região. No caso do oeste baiano, essa desterritorialização é evidente na migração de grandes grupos econômicos do sul do Brasil, que introduziram novas formas de produção e exploração da terra, muitas vezes em conflito com as práticas locais tradicionais.

A modernização agropecuária trouxe, por um lado, o crescimento econômico e a integração dessas áreas ao mercado global; por outro lado, trouxe também a marginalização de comunidades tradicionais e a concentração de terras nas mãos de poucos grandes proprietários. A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (1997) relata que a região do oeste baiano, em particular, passou por um processo de reestruturação econômica e territorial, onde a concentração de terras e a introdução de novas tecnologias agrícolas alteraram drasticamente o modo de vida local.

O território no além São Franciscano, então, se configura como um espaço de disputa, onde diferentes atores — grandes empresários, pequenos agricultores, comunidades tradicionais e o Estado — competem pelo controle e uso da terra. Martins (2009) explora essa ideia de fronteira como um espaço de degradação do outro, onde aqueles que são marginalizados no processo de expansão territorial são frequentemente desumanizados e excluídos das decisões sobre o uso do território.

Os processos de expropriação e exclusão são temas recorrentes nas discussões sobre territorialidade no Cerrado. Conforme Sampaio (2012), a expansão do agronegócio no oeste baiano foi acompanhada pela expropriação de terras de interesse coletivo, gerando conflitos e tensões entre os diferentes atores envolvidos. A apropriação de grandes extensões de terras por parte de empresas do agronegócio, muitas vezes com o apoio do Estado, resultou na expulsão de pequenos produtores e comunidades tradicionais, intensificando as desigualdades fundiárias e territoriais na região.

A transformação do Cerrado em uma área produtiva voltada ao mercado global também trouxe mudanças significativas nas práticas de uso da terra. Como demonstrado por

Flores et al. (2012), a expansão agrícola no município de Barreiras-BA entre 1988 e 2008 foi marcada pelo aumento das áreas cultivadas com soja e outras culturas voltadas à exportação, o que implicou em uma modificação drástica do território. Essa mudança resultou não apenas na transformação da paisagem física, mas também nas relações sociais e econômicas da região.

A questão da territorialidade no Cerrado também está relacionada à ideia de centralidade, como proposta por Christaller (1966) em sua teoria dos lugares centrais. A criação de novos centros urbanos e a reconfiguração das redes de transporte e comunicação no oeste baiano e regiões adjacentes foram elementos centrais no processo de modernização territorial. Esses novos centros urbanos, muitas vezes surgidos em torno de grandes empreendimentos agroindustriais, passaram a desempenhar um papel crucial na organização do território, conectando as áreas produtivas ao mercado global.

Essa reconfiguração territorial é também explorada por Santos (2008), que discute a divisão do espaço em circuitos da economia urbana. No caso do além São Franciscano, essa divisão é evidente na coexistência de dois circuitos econômicos: o moderno, voltado para o mercado global, e o tradicional, voltado para a subsistência e o mercado local. Essa dualidade territorial gera tensões e conflitos, especialmente no que se refere ao acesso à terra e aos recursos naturais.

A propriedade da terra, nesse contexto, torna-se um dos principais fatores de disputa. Conforme Prado Júnior (2008), a questão da propriedade da terra no Brasil sempre esteve ligada a processos de concentração fundiária e exclusão social. No caso do Cerrado, essa concentração foi exacerbada pela expansão do agronegócio, que favoreceu os grandes proprietários em detrimento dos pequenos agricultores e das comunidades tradicionais.

A modernização territorial no além São Franciscano, portanto, não pode ser vista apenas como um processo de desenvolvimento econômico. Ela envolve também uma reconfiguração das relações de poder e das dinâmicas sociais, onde a disputa pela terra e pelo território reflete as profundas desigualdades sociais e econômicas que caracterizam a região. Conforme Silva et al. (2013), a expansão das pastagens cultivadas no Cerrado entre 1970 e 2006 resultou em uma transformação significativa do uso da terra, com implicações diretas para a estrutura fundiária e a organização territorial.

Esse processo de transformação territorial é, ao mesmo tempo, um reflexo das políticas públicas e das decisões econômicas que moldam o uso da terra no Brasil. A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2003) destaca que a dinâmica

sociodemográfica da região foi profundamente afetada pela expansão do agronegócio, resultando em migrações, urbanização e reestruturação econômica.

A expansão do agronegócio e a modernização agropecuária, embora tenham trazido desenvolvimento econômico, também geraram profundas desigualdades e conflitos, especialmente no que se refere à propriedade da terra e ao uso do território. Como apontado por Vieira (2007), o marketing territorial e a promoção econômica local, especialmente no município de Luís Eduardo Magalhães, exemplificam como essas transformações territoriais são articuladas com interesses econômicos globais.

A questão da territorialidade no além São Franciscano, portanto, envolve uma análise complexa das relações entre propriedade da terra, modernização agropecuária e reconfiguração territorial, onde os diferentes atores envolvidos competem pelo controle e uso do território, gerando tensões e conflitos que refletem as profundas desigualdades sociais e econômicas que caracterizam a região (ALVES, 2006; BARCELLOS, 2011).

### **3 REFORMA DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS E REESTRUTURAÇÃO NA DÉCADA 1990**

De acordo com Távora (2008), ao analisar o agronegócio duas décadas após a Constituição de 1988, tem-se um sentimento que a “legislação decorrente propiciou alicerces para o desenvolvimento sustentável do setor, com ênfase na produtividade e num forte viés exportador” (TÁVORA, 2008, p. 2), esta impressão ocorre pelos grandes números de crescimento no setor.

De acordo os dados Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entre 1990 a 2010, a produção agrícola brasileira cresceu mais de 100%, que,

Com relação à importância do setor agropecuário para a economia brasileira, dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) indicam que o setor responde por cerca de 43 % das exportações e por 34% dos empregos do País (MAPA, 2005). Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estimam que o PIB do agronegócio brasileiro foi R\$ 611,8 bilhões, em 2007, contra R\$ 563,6 bilhões, em 2006 (CNA, 2008), o que corresponde a uma variação positiva de 8,6%. De 2000 a 2007, o PIB do agronegócio evoluiu 27,7%, em termos reais [...] (TÁVORA, 2008, p. 02)

Observa-se a importância do agronegócio junto aos setores econômicos, esse crescimento significativo pode ser explicado de diversas formas, como por exemplo, o aumento da procura por *commodities* no mercado internacional, expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, e o investimento do Estado e de empresas privadas nestes setores.

Segundo escreveu Távora (2008), a Constituição de 1988, em seu artigo 187, considera como base o desenvolvimento agrícola brasileiro, políticas como, crédito agropecuário, incentivo a pesquisa e tecnologia, seguro agrícola, irrigação e habitações rurais e com a lei no 8.171, de 1991, que criou o Conselho Nacional de Política Agrícola, foi considerado “um marco na organização e na promoção do setor agropecuário, que teve continuidade por uma série de leis posteriores” (TÁVORA, 2008, p. 07).

As ideias neoliberais ganharam bastante força durante o período da constituinte, influenciadas pelos países Europeus, no entanto, essa influência não se fez presente no texto constitucional, mas na prática dos governos dos anos 1990, “marcadamente nos governos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardosos, este último, fortemente impregnado pela ideia de remover de vez as instituições estatais construídas na “Era Vargas” (DELGADO, 2012, p.83).

Neste contexto, observa-se três vertentes de orientação da política normativa, referente às políticas agrárias, a modernização conservadora, herdada do regime Militar; a pressão neoliberal de livre comércio e Estado mínimo e a vertente do texto constitucional, que tornou vários princípios da política agrária em direitos constitucionais (DELGADO, 2012, p.83-84). Os governos FHC, são apontados por Delgado (2012), como responsáveis pelos desmontes de instituições estatais a fim de acabar com os “vestígios varguistas” do Estado Brasileiro, como, os Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA e o Instituto Brasileiro do Café – IBC. Restando apenas duas vertentes, a neoliberal e a dos direitos sociais, que contradizem em alguns momentos.

Com a abertura econômica e a ascensão do neoliberalismo, leis como, a Lei no 8.029, de 1990, representou uma drástica redução do estado junto ao setor e que extinguiu o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e o Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

[...] o Governo Federal alterou a política de financiamento agrícola e diminuiu a aplicação de recursos do Tesouro Nacional nos financiamentos diretos, concedendo preferência ao mecanismo de equalização de taxas, criado pela Lei no 8.427, de 1992. No financiamento direto, o governo disponibilizava para o crédito rural o montante total de recursos a ser tomado pelos empreendedores. No mecanismo de equalização de taxa, o governo passou a disponibilizar recursos apenas para arcar como diferencial de encargos entre o custo de captação mais despesas operacionais e administrativas e a taxa paga pelo mutuário (TÁVORA, 2008, p. 08).

Apesar da diminuição estatal em setores econômicos como a agricultura e com a abertura de 1990, este setor recebeu diversos incentivos da iniciativa privada e de empresas estrangeiras que se estabeleceram no Brasil, com o aumento da inflação no período de câmbio para o real, “o setor agrícola sofreu severamente com o câmbio supervalorizado (pelo menos até 1999), taxas de juros consideradas muito altas naquele contexto e redução dos subsídios para o setor” (TÁVORA, 2008, p. 7).

O Banco do Brasil até 1986 desempenhou um papel crucial na administração de políticas voltadas para a agricultura e o comércio, atuando na concessão de créditos subsidiados para agricultores e comerciantes, tais ações eram vitais para este setor importante da economia brasileira.

O fim do arranjo de financiamento automático permitiu ao Banco Central um maior controle sobre a oferta monetária e, por extensão, sobre a inflação. O argumento neoliberal, estabeleceu-se na ideia de que a capacidade do Banco do Brasil de se financiar automaticamente junto ao Bacen poderia contribuir para um aumento da oferta de dinheiro na economia, potencialmente pressionando a inflação.

Por outro lado, o Banco Central centralizava os recursos financeiros e impossibilitava pequenos e médios produtores de acessarem a recursos financeiros através do Estado. “Do mesmo período é a extinção do “Orçamento Monetário” e a transferência de fundos e programas de crédito rural do Banco Central para a Secretaria do Tesouro (Dec. N. 94.444/87), recém-criada” (DELGADO, 2012, p.85) [...] “e que levaria ao encolhimento de uma política agrícola e comercial, fortemente sustentada por emissão de dívida pública, ainda que de maneira pouco transparente” (DELGADO, 2012, p.85).

De acordo com Delgado (2012), a abertura comercial na década de 1990, foi possível através da “redução tarifária e pelo Acordo de Ouro Petro de 1994” (DELGADO, 2012). Que constituiu um forte conjunto de medidas de minimização do Estado junto ao setores econômicos em todos os países do Mercosul (fundado em 1991), contribuindo para a extinção “estatal compra de trigo; praticamente abandona o vínculo com a formação física de estoques e reduz substancialmente de intervenção dos preço de garantia” (DELGADO, 2012, p.86).

Ao final da década de 1990, a crise de liquidez internacional atingiu a economia do Brasil, “recorre-se forçadamente aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) em três sucessivas operações de socorro – 1999, 2000 e 2003” (DELGADO, 2012, p.93). Foi neste contexto, de crise na economia, que a agricultura tornou-se prioridade na agenda política, que promoveu diversos financiamentos, criação de câmaras setoriais no Ministério da agricultura, bem como, uma ampla revogação de dívidas rurais (TÁVORA, 2008, Mapa, 2005).

Em linha com esse objetivo, a Lei no 11.076, de 2004, criou cinco novos instrumentos de política creditícia, a saber: o Certificado de Depósito Agropecuário, o *Warrant* Agropecuário, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio, a Letra de Crédito do Agronegócio e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio, para possibilitar a captação direta de recursos pelos agentes operantes do agronegócio (TÁVORA, 2008, p. 11).

Ao criar esses instrumentos, tinha-se como objetivo principal facilitar o acesso à crédito para os produtores rurais, visando a aumentar a liquidez e estimular o investimento na atividade agrícola. Além disso, a medida também foi vista como uma maneira de desenvolver o mercado financeiro brasileiro, oferecendo mais opções de investimento e diversificação para os investidores interessados no setor agrícola.

Com a crise diante de seu governo Fernando Henrique Cardoso, recorreu os setores da agricultura primária exportadora (as *commodities*) para gerar saldo comercial, recorrendo a uma política que havia abandonado, “a de gerar saldo a qualquer custo, tendo em vista suprir

o déficit da Conta Corrente” (DELGADO, 2012, p.93), trazendo os investimentos a agroindústria para o centro das políticas econômicas.

Delgado (2012), lista cinco medidas que marcam a reestruturação de políticas voltadas à agricultura tecnificada como meio de combater a crise e permanência do Brasil junto ao mercado internacional, 1) Criação e fortalecimento dos sistemas de infraestrutura que possibilitaram a criação de corredores comerciais. 2) Forte investimento em pesquisas sobre a agricultura e agropecuária através da EMBRAPA. 3) ignorar problemas relativos à ocupação legal de terras e desapropriação por iniciativas privadas. 4) Mudança da política cambial, que possibilitou ao agronegócio a competitividade no comércio internacional. 5) Volta de investimentos e do crédito rural através dos planos safra (DELGADO,2021).

Estas medidas indicam as proporções que a agronegócio iria tomar no século XXI, mas que só foi possível pela continuidade e reforços dessas médias nos governos Lula, que representou somente na primeira década do XXI, “uma quadruplicação do seu valor em dólares, o valor médio anual de exportações de 50 bilhões no período de 1995/99 cresce para cerca de 200 bilhões ao final da década de 2000” (DELGADO, 2012, 95).

### **3.1 PRODECER: EM BUSCA DO PROGRESSO**

A escolha do nome desse subtítulo remete a ideia de progresso presente na propaganda e nos discursos de figuras ligadas à agropecuária no Oeste Baiano a partir da década de 1980, apresentando as novas dinâmicas econômicas como sinônimo de um futuro promissor, associados a um ideal de “novo tempo” esperançoso e desafiador (BARROS, 2019).

De acordo com Barros (2019) as políticas de modernização agrícolas implementadas a partir desse processo aconteceram em conjunto a uma alteração e redução de atividades econômicas tradicionais no cerrado como o arroz e o feijão (BARROS, 2019). A mudança nos modos de produção influenciando também o modo de vida regional, a novas práticas e a relações de trabalho, que por sua vez, influenciaram vários movimentos artísticos, desde a literatura em cordel a música regional como é o caso da música civilização da banda de forró Sela Rasgada, que retrata esse sentimento:

Fui visitar meu sertão que nasci e fui criado  
Achei tudo diferente daqueles anos passado  
Hoje choro e lamento, botei a culpa no tempo  
Por ter sido encarregado

Chegando em casa encontrei uma civilização  
 Em uma mesa bonita tinha uma televisão  
 De tanta saudade choro  
 No lugar do oratório que mãe fazia oração

Não achei o lampeão que pai a noite acendia  
 A lata de querosene enferrujada e vazia  
 É de cortar coração desprezar um lampeão  
 Por causa da energia (FORROZÃO SELA RASGADA, 2010)

Observa-se nesse trecho, como o eu lírico queixa-se da transformação abrupta e irreversível no modo de vida de seus pais, configurando uma narrativa de deslocamento e ruptura. A canção caracteriza por seu forte apelo nostálgico, a um tempo outrora vivido e idealizado, cuja os vestígios são resgatados através da memória e da arte.

O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira, como o próprio nome já sugere, é uma parceria do governo brasileiro, japonês e da iniciativa privada, e pode ser dividido em três fases: o PRODECER I, II e III. Tinha como principais objetivos a distribuição de créditos supervisionados como financiamento agropecuário (SANTOS, 2014).

Ao escrever sobre esse contexto, Barros (2019) diz que “forçadas a obedecer a uma nova lógica para aderirem a novos modelos de vida, ou estarem sujeitas à desintegração de uma economia voltada à subsistência e abastecimento local” (BARROS, 2019, 21).

Focado no desenvolvimento regional, os governos do Brasil implementaram programas como, o Programa de Desenvolvimento do Cerrado, POLOCENTRO (1975); Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, PADAP (1970); e o Programa de Crédito Integrado do Cerrado, PCI (1982) (BRASIL, 2012) que arcava com uma série de investimentos iniciais abrindo possibilidades para mais investimentos da iniciativa privada (INOCÊNCIO, 2010, BARROS, 2019).

A região do antigo norte do estado do Goiás, que atualmente corresponde ao estado do Tocantins, assim como também, o Oeste Baiano, foram fortemente beneficiados pelo Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), executado durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e pelo PRODECER que foi criado em 1970 (SOUZA, 2017).

O PRODECER é considerado por diversos pesquisadores, uma política de Estado que promoveu a ocupação do cerrado, o desenvolvimento das fronteiras agrícolas, aumento da exportação de alimentos, visando o mercado internacional, que todavia, incorporou os campos brasileiros a este mercado (INOCÊNCIO, 2010, p.86).

Cerca de 40 mil pessoas ocuparam na década de 1990 os cerrados (Inocêncio, 2010), sobretudo a região Oeste da Bahia, possibilitando o surgimento de assentamentos e colônias sulistas nas regiões do cerrado, que foram atraídos pelos baixos custos de terras e por subsídios no desenvolvimento agrícola.

Ao pensar na região do Oeste da Bahia, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) implementou uma nova lógica econômica nos cerrados, que posteriormente abrandeu todo o MATOPIBA, além de estados como o Minas Gerais, Mato Grosso do Sul.

[...] desdobra-se um território moderno construído pelo processo de incorporação capitalista do espaço agrário brasileiro. Entram em contato nesses espaços a territorialização do capital japonês, incorporado ao solo através dos cultivos e o processo desterritorializante dos modos tradicionais de vida” (BARROS, 2019, 22)

O programa oferecia crédito subsidiado e incentivos para a compra de terras, o que facilitou a migração de agricultores para a região. Grandes áreas de cerrado nativo foram convertidas em plantações de grãos, como soja e milho, e pastagens para a criação de gado. O apoio estatal foi crucial nesse processo, tanto no financiamento das atividades agrícolas quanto na construção de infraestrutura, como as rodovias BR-020 e BR-242, que ligam o Oeste da Bahia a Brasília e Salvador, respectivamente (TOLEDO, 2009).

Na perspectiva de Barros (2019), do ponto de vista puramente econômico e capitalista o PRODECER é lembrado como um investimento bem sucedido que implicou em “o descortinar das ações públicas consorciadas às privadas, diante das estratégias conjunturais do (re)ordenamento da produção internacional” (BARROS, 2019, p.22-23) através da ampliação dos modos de produção.

## 4 EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO PARA O MATOPIBA

As transformações políticas e administrativas no pós-redemocratização desempenharam um papel fundamental no processo de expansão agrícola no Brasil, especialmente nos cerrados do norte e nordeste, que ficou conhecido como agronegócio. A incrementação de novos territórios à malha produtiva e a implementação de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento da monocultura foram tomadas em diferentes esferas do governo, desde o local até o federal, sendo um dos pilares da ascensão do neoliberalismo brasileiro.

### 4.1 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

José Ricardo Ramalho (2016) faz uma contextualização histórica de como a partir dos anos 1990 “um movimento em direção à integração da economia nacional ao processo de globalização resultou em uma política de abertura comercial, em uma redução da interferência do Estado nas atividades econômicas e em uma reestruturação da produção na indústria e nos serviços” (RAMALHO, 2023), que por sua vez resultou na expansão e reestruturação agrícola brasileira, bem como também a fragilização das relações de trabalho neste período.

De acordo com SOUZA (2017), após a segunda metade do século XX a reestruturação produtiva<sup>2</sup> passou por mudanças, que proporcionou novos usos do território, com a implantação de maior tecnologia agrícola ao campo, a utilização de maquinário agrícola, irrigação por pivô, uso de defensivos agrícolas e fertilizantes. Através de investimentos nacionais, como, “Sistema Nacional de Crédito Rural, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), Programa de Irrigação do Nordeste (Proine)” (Souza, 2017, p. 23).

Este processo levou a novas relações com a terra, integração dos cerrados a uma conjuntura econômica nacional e posteriormente a uma conjuntura internacional, através da exportação de *commodities*.

Esta ocupação corresponde à integração dos cerrados aos modos de produção capitalista, que é chamado de processo de ocupação dos fundos territoriais (MORAES, 2008, 2011, SOUZA, 2017), nas ciências sociais e na história, este processo ainda é caracterizado,

---

<sup>2</sup> Termo utilizado para referir à modernização agrícola pós ditadura militar, caracterizado por um conjunto de atividades agrícolas, por meio de um modelo de produção globalizada, tendo como ferramenta a ciência, a tecnologia e a informação, também chamada de “agricultura científica” (SANTOS FILHO, 2005).

como a macha para o oeste brasileira, que faz uma referência a marcha para o oeste estadunidense<sup>3</sup> e que assim como nos Estados Unidos, aconteceu a ocupação territorial em conjunto da desterritorialização dos população nativa, que de acordo com SOUZA (2017):

A história da formação territorial brasileira se caracteriza por um processo contínuo de conquista, ocupação e valorização capitalista de novas áreas, sendo os Cerrados e a Amazônia porções do território do Brasil acionados pelo Estado e agentes hegemônicos com objetivo de aprofundar as relações capitalistas através da agricultura moderna, sobretudo após a década de 1970 (SOUZA, 2017, p. 24)

Esse processo de expansão e ocupação territorial, iniciou-se nos governos Vargas, (ou antes, através dos bandeirantes), mas a ocupação dos cerrados e da Amazônia, acontece a partir da década 1970, adequando-se às novas necessidades do capitalismo moderno, com a agricultura tecnificada.

Ao observarmos os meados da década de 1980 à início de 1990, são marcos expressivos que promoveram o desmonte das políticas públicas de uma “modernização conservadora” (Delgado, 2012), primeiro da era Vargas (1930 - 1945) e depois da era militar (1965 - 1985), que deu origem a uma nova política, chamada, “economia do agronegócio” (Delgado, 2012).

De acordo com Delgado (2012), dois marcos importantes aprazar esta transição econômica constituída pela Era Vargas e pelo Regime Militar, são eles, a crise cambial de 1982 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 (DELGADO, 2012, p.77).

A crise cambial de 1982, forçou as elites econômicas a pensarem em medidas conjunturais a curto prazo lhes garantindo menores perdas possíveis, possibilitando a criação condições favoráveis ao retorno das exportações de *commodities* ao mercado internacional. A Constituição de 1988 alterou as condições políticas e jurídicas no campo econômico, principalmente no campo agrícola, abandonando as políticas econômicas dos militares (DELGADO, 2012).

Delgado (2012) estabelece três períodos entre 1970 e 2010, para entender o processo de construção técnica e das políticas elaboradas pelo Estado e por grupos hegemônicos ligados à atividade agrícola industrial. O autor divide a política do agronegócio em três períodos cronológicos, o primeiro, de 1983 a 1993, o segundo de 1994 a 1999, o terceiro de 2000 a 2010.

---

<sup>3</sup> Cabe destacar que a marcha para Oeste brasileira data dos anos 1940, com Vargas e as políticas do SPVEA (superintendência de Valorização econômica da Amazônia); enquanto a marcha para Oeste estadunidense data do final do XVIII e teve seu ápice no século XIX, com a descoberta de Ouro na Califórnia.

O primeiro período foi de 1970 a 1985, que se caracterizava por estratégia de políticas econômicas do Estado brasileiro. Após um forte crescimento econômico resultante dos primeiros governos militares, no início dos 1980, a economia sofreu recessão, e com o objetivo de resolver o problema, o ministro Delfim Neto, usou como estratégia o aumento das exportações de produtos agro-processados, fruto da expansão da fronteira agrícola para a região Centro-oeste brasileira.

Essa política de saldos comerciais expressivos, cativos ao serviço da dívida ou remuneração dos “serviços” do capital estrangeiro, apresenta uma curiosa trajetória distributiva. São obtidos mediante fomento aos setores produtivos com baixos requerimentos de importação – o setor primário especialmente; e promovem o crescimento da produção desses setores, mas ao fazê-los, impactam a renda territorial e os preços das propriedades rurais (DELGADO, 2012, p.81)

Ao apelar para uma política de superávits comerciais visando o pagamento de dívidas externas ou para a remuneração do capital estrangeiro investido no país, objetiva-se que o país tenha um superávit comercial – exportando mais do que importa. Tais políticas focam em setores que não dependem muito de importações para produzir, especialmente a agricultura e a extração de recursos naturais, se destaca porque utiliza principalmente recursos locais.

Neste contexto, a modernização agrícola foi feita por forte intervenção do Estado na “regulamentação da atividade agrícola através do controle da produção e comércio de alguns produtos” (SOUZA, 2017), a destaque as seguintes ações:

[...] o Estado brasileiro criou inúmeras ações políticas de incentivos fiscais e financeiros para os grandes produtores, como o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR (1965). O SNCR com finalidade de facilitar a aquisição das técnicas e tecnologias da “Revolução Verde”, entendida como o mais moderno pacote tecnológico agrícola do período. Cabe destacar que houve a formulação de ações específicas para incentivar a ocupação dos Cerrados, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO, Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - PADAP; e o Programa de Crédito Integrado do Cerrado – PCI, Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER, que foram importantes para o desenvolvimento de infraestrutura para a atividade agrícola (SOUZA, 2017, P. 24)

Tais políticas são consideradas fundamentais para a consolidação agrícola no cerrado, no processo de integração territorial e econômica. O órgão de expressão no desenvolvimento agrícola do cerrado é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que proporcionou o desenvolvimento técnico-científico como a pronta Santos (2002).

Ao fim da segunda metade da década de 1980 foi marcada por crise econômica, bem como, mudança de regime, que levou o Brasil a redemocratização tendo como marco a constituição de 1988, mas que foi seguida pela adoção de medidas econômicas neoliberais,

pelos os governos Collor e FHC na década de 1990 (SOUZA, 2017) que iniciaram o segundo período do desenvolvimento agrícola nos cerrados brasileiros que se estendeu de 1985 a 2000.

Neste contexto, ao olhar para o cenário internacional, observa-se uma grande abundância de capitais estrangeiros em economias emergentes, como é o caso da economia brasileira. Ao observar a circulação de capital internacional em países sub-desenvolvidos, o governo brasileiro juntamente com as elites econômicas, a partir da implementação do Plano Real, abriu o mercado brasileiro ao capital estrangeiro (DELGADO, 2012), abandonando as medidas de saldos comerciais implantadas pelos governos militares.

De acordo com Souza (2017), esse período de início da década 1990 ocorreu com menos interferência do Estado, uma vez que as medidas neoliberais implicam em menor interferência do Estado junto aos setores econômicos. Todavia, o Estado foi responsável pela criação de infraestruturas “estratégicas como como portos, rodovias, ferrovias, entre outros” (SOUZA, 2017, p.27). Restando aos grupos ligados ao setor se organizarem através associações corporativas para articulação de atividades e ações relacionadas à difusão agropecuária.

Provocando uma queda substancial do preço da terra ao mesmo tempo que dificulta a política de reforma agrária no país.

[...] as bases econômicas dessa opção ultraliberal de comércio e finanças eram muito débeis. Acumula-se um gigantesco déficit em conta corrente entre 1994 e 1999, que não mais será compensado pelos superávits comerciais primários, agora inexistentes, mas pelo recurso ao endividamento externo. O acesso ao capital estrangeiro também escasseia e se inicia em dado momento da fuga de capitais (DELGADO, 2012, P.81)

A análise de Delgado (2012) revela uma série de problemas econômicos estruturais associados à implementação das políticas ultraliberais. O déficit em conta corrente crescente, a dependência do endividamento externo e a subsequente fuga de capitais são sintomas de desequilíbrios macroeconômicos que podem levar a crises econômicas graves. A liberalização rápida e não calibrada, sem fortalecer as bases produtivas e institucionais – Ou seja, ainda que do ponto de vista neoliberal, o Brasil não estava propriamente preparado para estas reformas.

Tais ações visavam “atender as reformas exigidas pelo mercado e pela competição internacional” (RAMALHO, 2018), com o objetivo de racionalizar e reduzir os custos de produção, fragilizando as relações de trabalho e sindicatos, que causaram a precarização do trabalho, e resultou na redução do emprego formal, crescimento de terceirização, do trabalho informal, do trabalho em domicílio (RAMALHO, 2018, p. 202-203).

Na expressão do autor, a população brasileira viu-se no dilema de participar da economia global, que exigiu o aumento da produtividade para responder aos interesses do

mercado internacional e competir na exportação, ao mesmo tempo que via-se o aumento da informalidade e a diminuição da geração de empregos formais, que garantem aos trabalhadores mais segurança social.

O governo Collor (1990 - 1992) foi responsável pela abertura do mercado brasileiro ao comércio internacional, que possibilitou a instalação de [...] “multinacionais, a reestruturarem seus processos produtivos, com vistas a aumentar a produtividade, e a redefinirem relações de trabalho e emprego” (Ramalho, 2018, p. 208), já os governos de Itamar Franco (1992 - 1995) e FHC (1995 - 2001), representaram uma continuação da política econômica de Fernando Collor que nas palavras do autor: “mais voltada para uma adequação aos preceitos de perfil neoliberal e mais sensível às demandas das empresas brasileiras, inseridas na globalização, por mais flexibilidade nas relações de trabalho” (RAMALHO, 2018, p. 208-209).

Este momento é entendido por Souza (2017) e Delgado (2012), como uma transição da política econômica desenvolvimentista e conservadora para a economia do agronegócio liberal, no qual empresas assumiram o papel do Estado nos investimentos no setor.

Os anos 2000 foram marcados pela grande alta na expansão das áreas produtivas e das colheitas em grandes escalas, no qual ocorreu o pacto da economia política com o agronegócio enquanto industrial.

[...] esta nova configuração agrícola no país é resultado dos esforços públicos e privados desenvolvidos no início do século XXI, com objetivo de gerar saldos comerciais externos para suprir o *déficit* da conta corrente, sendo, também, uma estratégia econômica de acumulação de capital a partir do sistema financeiro (SOUZA, 2017, p. 28)

Os Governos Lula (2003-2011), contrariando as expectativas de setores políticos mais a esquerda, que esperavam grandes mudanças e rompimento com os paradigmas neoliberais dos governos anteriores, manteve-se “uma política macroeconômica com os pilares básicos criados nos governos anteriores” (Ramalho, 2018, p. 209), mas caracterizou uma melhora no mercado de trabalho, na formalização de trabalho de carteira assinada e maior crescimento da população economicamente ativa (Ramalho, 2018).

É neste contexto, que observa-se a consolidação do agronegócio nos cerrados, no qual ficou conhecido como MATOPIBA, que nas palavras de Souza (2017) “é a partir dos anos 2000 que constatamos a constituição do MATOPIBA como uma região que rapidamente se torna especializada na produção de *commodities* agrícolas valorizadas, sobretudo grãos” (Souza, 2017, p.29-30).

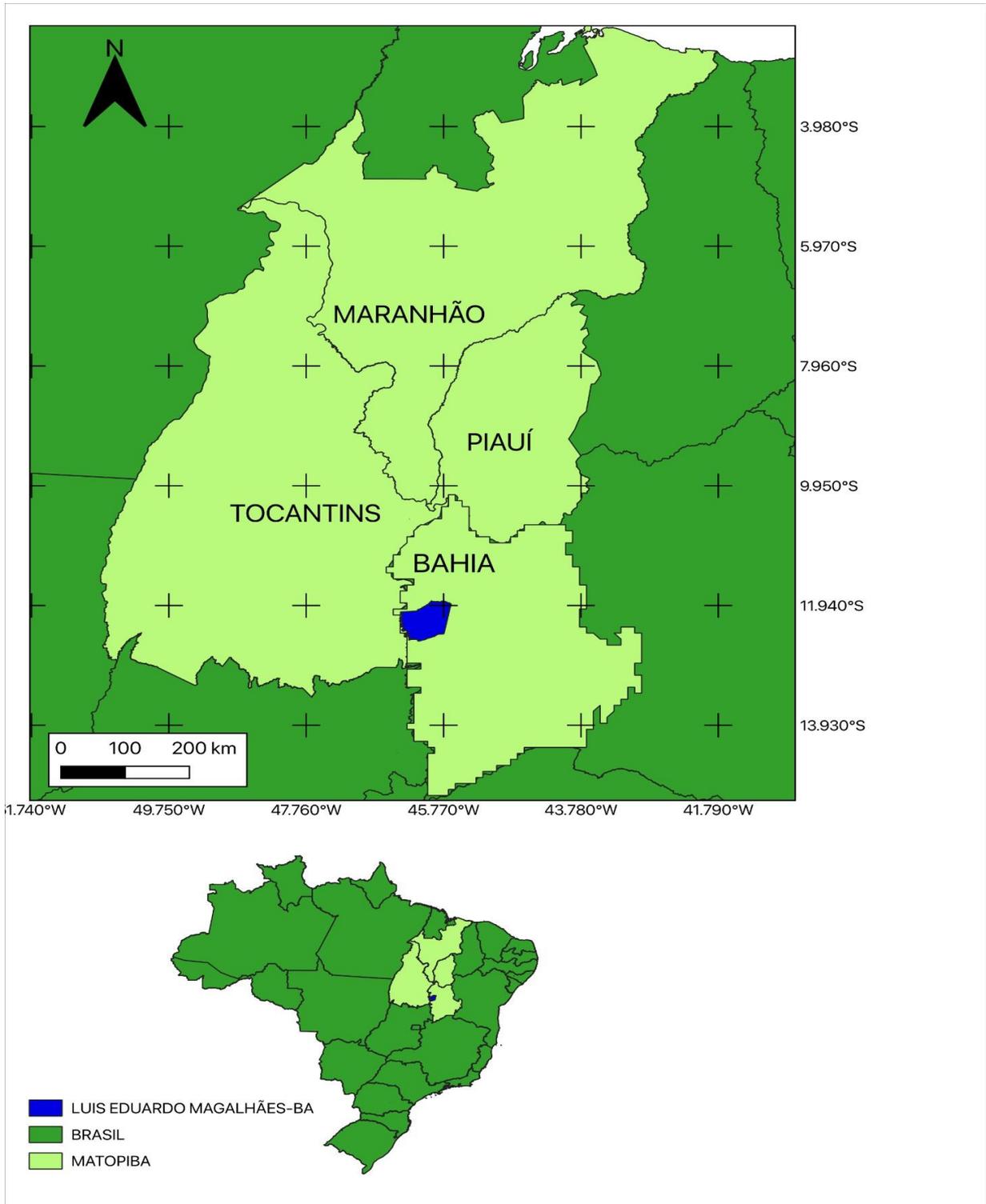
De tal modo, as grandes empresas do agronegócio estendem suas atividades nos Cerrados Norte e Nordeste na década de 1980, com a chegada da Bunge em duas das principais sub-regiões agrícolas da atualidade – Sul do Maranhão e Oeste Baiano. No

encalço da Bunge, a Cargill começa a atividade na região na década de 1990, sobretudo no Oeste baiano e Sul do Maranhão. Sem dúvida, estas multinacionais foram pioneiras na abertura do *front* agrícola nos Cerrados Norte/Nordeste (SOUZA, 2017, p.35)

Nesta perspectiva, os grandes produtores internacionais que chegaram à região, se estabeleceram em um momento de ascensão do neoliberalismo econômico, contribuindo para uma ideia de “progresso econômico” nos cerrados e capitalizando a região para a agroindústria e a acumulação dos meios de produção, neste caso, a terra.

Novamente, o MATOPIBA é uma região formada pela totalidade do estado do Tocantins e partes dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, “onde ocorreu forte expansão agrícola a partir da segunda metade dos anos 1980, especialmente no cultivo de grãos. O nome é um acrônimo formado pelas siglas dos quatro estados estados (MA + TO + PI + BA) (EMBRAPA, 2024).

FIGURA II: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MATOPIBA



ORGANIZAÇÃO: Jefferson da Silva Barbosa, 2024.

Em 6 de maio de 2015, foi publicado o decreto nº 8.447, na edição do Diário Oficial da União (Brasil, 2015). Oficializando o MATOPIBA como uma nova fronteira agrícola, tendo como “finalidade promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento

econômico sustentável baseado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população” (BRASIL, 2015.p.1).

A proposta de delimitação territorial, foi apresentada pela EMBRAPA um ano antes do decreto de maio de 2014, a partir de um acordo de colaboração técnica, entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e a EMBRAPA, através do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), sobre os mesmos argumentos que escritos no texto da lei um ano depois da nota técnica, ‘desenvolver a região dos cerrados, com vies pró-desenvolvimento agrícola’.

A fronteira foi oficializada com um total de 31 microrregiões geográficas, 337 municípios, 324.326 estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas, 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas (3.033.085 ha) num total de 13.967.920 ha de áreas legalmente atribuídas (EMBRAPA, 2014).

Apesar dos esforços institucionais para um pleno desenvolvimento agrícola-econômico, com o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, o plano não foi levado adiante como previa o decreto (SALOMON, 2020, p.21 AGUIAR, 2021, p.5), até que foi oficialmente revogado em agosto de 2020 pelo decreto presidencial nº 10.473 de Jair Bolsonaro.

Nomenclaturas para designar a região a fim de delimitá-la e diferenciá-la do restante do norte e nordeste, foram utilizadas por diversos pesquisadores, tendo em comum, a modernização agrícola nos cerrados, “Novo Nordeste”, por Rogério Haesbaert em 1996 e “Cerrados do nordeste” em 1997, BAMAPITO, por Bernardes (2009), considerando os elementos para além da produção agrícola, como geo-culturais e geoeconômicos da região indicada, “Cerrados do Centro-Norte”, por Alves (2015), estes foram termos desenvolvido para fins acadêmicos e de estudo que iniciaria a região como a última fronteira agrícola do Brasil.

Ao estudar a questão institucional, o observatório do MATOPIBA na Bahia, afirma que a região existe para além de um decreto que nem mesmo foi implantado – Apesar no termo ter sido oficialmente oficializado fora do recorte temporal desta pesquisa, a necessidade de diferenciar a região já existia, por esse motivo, esta pesquisa adota o termo para fins acadêmicos.

Não obstante, das “idas e vindas” a respeito do tema, no dia 1º de novembro de 2023, o presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, publicou no diário Oficial da União um novo decreto nº 11.767, com “a finalidade de promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, ambiental e social sustentável, fundado nas atividades agrícolas,

pecuárias e agroindustriais que resultem na melhoria da qualidade de vida da população” (Brasil, 2024), usando quase o mesmo texto do decreto anterior.

Alegando ter como objetivo fortalecer as políticas-econômicas para o desenvolvimento das atividades agroindustriais no território em questão, bem como, maior detalhamento sobre o plano de desenvolvimento da região, que não foram detalhados pelo primeiro decreto de maio de 2015, além de reforçar a delimitação territorial.

O Matopiba é de fato uma região estratégica no contexto do agronegócio brasileiro. Esta área tem se destacado pelo seu potencial agrícola, simbolizando a expansão da agricultura no Brasil (ou melhor, do agronegócio), contribuindo significativamente para o aumento da produção nacional e para a geração de riquezas, especializada na produção de *commodities*. No entanto, “trata-se de um processo de geração de riqueza que ao invés de dirimir, aprofunda a desigualdade social, uma vez que os fatores terra, capital e tecnologia se concentram em poucas mãos e é reduzido o emprego do fator trabalho” (ALVES SÁ, MORAES, CAMPOS, 2015).

Apesar da utilização do termo “região” para referir-se ao território que compõe o/a MATOPIBA, esta é uma designação a apenas político-administrativa, para fins, econômicos, políticos, administrativo e acadêmicos, causando discordâncias entres os pesquisadores na área os critérios estabelecidos pelo EMPRABA para designar-se a esta região geográfica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da ampla bibliografia revisada observa-se que a partir da segunda metade do século XX, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, o Oeste da Bahia começou a passar por uma transformação mais radical, com a migração de agricultores sulistas para a região. A busca por novas terras férteis, combinada com o incentivo de programas governamentais, como o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados), atraiu agricultores do Sul do Brasil, principalmente do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que trouxeram consigo novas tecnologias agrícolas e um modelo de agricultura mais intensivo (MARTINELLI et al., 2017).

Esse processo de ocupação, no entanto, não foi isento de conflitos e problemas. A chegada dos migrantes sulistas e a expansão da fronteira agrícola resultaram na apropriação ilegal de terras e na expulsão de antigos ocupantes, muitas vezes pequenos produtores e comunidades tradicionais que viviam na região há gerações. A violência fundiária tornou-se uma constante no processo de ocupação dos cerrados baianos, com concentração de terras nas mãos de grandes empresas e latifundiários (VIEIRA, 2007) até a formação do MATOPIBA, como um importante centro capitalista, dentro da região, voltado para as necessidades do campo.

Além disso, a introdução de um modelo agrícola intensivo e voltado para a exportação teve impactos ambientais significativos na região. A supressão da vegetação nativa, a erosão dos solos e a diminuição da vazão dos rios são alguns dos problemas ambientais decorrentes da expansão desordenada da agricultura. Os cerrados, que antes abrigavam uma rica biodiversidade, foram progressivamente substituídos por monoculturas de grãos e pastagens, o que resultou na perda de habitats naturais e na degradação ambiental.

A fronteira agrícola que se consolidou no Oeste da Bahia a partir da década de 1980 representou uma nova etapa no desenvolvimento econômico da região, com escalas nacionais e internacionais. No entanto, ela também trouxe desafios sociais e ambientais que ainda não foram solucionados. O modelo de produção agrícola baseado na grande propriedade, na mecanização e no uso intensivo de insumos químicos gerou riqueza e desenvolvimento para alguns, mas também acentuou as desigualdades sociais e a degradação ambiental (VELHO, 2006).

Observa-se também que o papel do Estado brasileiro foi fundamental na expansão e na consolidação do agronegócio nos cerrados do Brasil, criando mecanismos econômicos e

jurídicos que beneficiaram o setor. O discurso e as políticas neoliberais, por outro lado, serviram apenas para engajar o Brasil em abrir-se para empresas estrangeiras visando o aumento descontrolado das exportações e a extração de riquezas. Foi o Estado que garantiu investimentos em setores estratégicos, construiu infraestrutura, promoveu a capacitação, perdoou dívidas rurais e facilitou o acesso ao crédito rural, além de ser o maior investidor em pesquisas rurais, através da EMBRAPA.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Diana. SILVA, Maurício Correia. BONFIM, Joice. BARCELOS, Eduardo. Na fronteira da (i)legalidade. desmatamento e grilagem no Matopiba. Salvador: Associação de Advogados e Trabalhadores Rurais - AATR, 2021.
- ALVES, V. E. L. Mobilização e Modernização nos Cerrados do Piauí: Formação Territorial no Império do Agronegócio. 2006. p.320. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ALVES, V. E. L. “Modernização agrícola e urbanização na região do cerrado centro-norte do Brasil”. In: ALVES, V. E. L. (org.). Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e Piauí e Leste do Tocantins. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2015a.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. Prefácio. In: Vicente Eudes Lemos Alves (Org.). Modernização e regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2015b.
- ANACLETO, T. C. S.; MIZIARA, F. Expansão de fronteiras e impactos socioambientais no Cerrado de Mato Grosso. In: Geografia, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 31, n.3, p. 527-538, 2006.
- BARCELLOS, V. As supernovas: duas futuras cidades brasileiras. Paisagem Ambiente: Ensaios, N. 29, p.227-247, São Paulo, 2011.
- BARROS, Yuri, Barbosa. A Invenção da “Metrópole Da Soja”: Entre a Modernização do Oeste Da Bahia e o Discurso de Progresso nos Jornais de Barreiras (1980-1989). Monografia, Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Barreiras, Bahia, 2019.
- BERNARDES, Julia Adão. Fronteiras da agricultura moderna no Cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências”. In: BERNARDES, Julia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (Org.). **Geografias da soja II: a territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes/CNPq, 2009. p. 13-40.
- BRANDÃO, P. R. B. Um Território Indiferenciado Dos Sertões: A Geografia Pretérita do Oeste Baiano (1501-1827) - DOI 10.5216/bgg.v29i1.6059. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 47–56, 2009. DOI: 10.5216/bgg.v29i1.6059. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/6059>. Acesso em: 11 out. 2024.
- BRASIL, 2015. Decreto nº 8.447. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Maio, 2015. Disponível em:

<[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%208.447-2015?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%208.447-2015?OpenDocument)>

BRASIL, 2020. Decreto de Revogação nº 10.473. Dispõe a revogação de vários decretos. Agosto de 2020. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2019-2022/2020/Decreto/D10473.htm#art2](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2020/Decreto/D10473.htm#art2)>

BRASIL, 2023. Decreto nº 11.767,. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Agosto de 2023. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ ato2023-2026/2023/decreto/D11767.htm#:~:text=DECRETO%20N%2011.767%2C%20DE%201%20que%20lhe%20confere%20o%20art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2023-2026/2023/decreto/D11767.htm#:~:text=DECRETO%20N%2011.767%2C%20DE%201%20que%20lhe%20confere%20o%20art.)>

CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional). Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS: Oeste da Bahia - Salvador, 1997.

CARIBÉ, Clóvis. Modernização da Agricultura e Ocupação dos Cerrados no Oeste Baiano. In: CARIBÉ, Clóvis; VALE, Raquel. In: **Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do além São Francisco**. Feira de Santana: UEFS Editora. 2012. p. 7-434.

CARRARA, Angelo Alves. Paisagens de um grande sertão: a margem esquerda do Médio São Francisco nos séculos XVIII a XX. *Ciência & Trópico*, [S. l.], v. 29, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/751>. Acesso em: 17 out. 2024.

CONTEL, F. Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. de expansão, frente pioneira e fronteira agrícola no oeste da Bahia. 2015.

CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*. Prentice-Hall: Inc. Englewood Cliffs, 1966.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DINIZ, José Alexandre F.. Modernização e conflito na fronteira ocidental do Nordeste. **Geonordeste**, S/i, v. 1, n. 1, p.12-20, 1984.

SANTOS, Crisliane Aparecida Pereira; SANO, Edson Eyji; SANTOS, Pablo Santana. *Fronteira agrícola e a dinâmica de uso e ocupação dos solos no Oeste da Bahia*. 2018.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. [s.i] v.9, n.1, p.25-39, mai. 2007.

\_\_\_\_\_. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, [s/i], v.13, n.2, p. 153-170, 2011.

- EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Proposta de Delimitação do MATOPIBA. Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), São Paulo, Campinas, 2014. Acessado em <<https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/gite/publicacoes/index.html>>.
- EMBRAPA. A Mangabeira, As Catadoras, O extrativismo. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011.
- EMBRAPA. MATOPIBA, 2024, disponível em <<https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>>. Acessado em 23 de Maio 2024 às 09:53.
- FERREIRA, André Barbosa Ribeiro et al. As mudanças no uso e cobertura da terra na região oeste da Bahia a partir da expansão agrícola. *Formação (Online)*, v. 28, n. 53, 2021.
- SANTOS, C. A.; SANO, E. E. Formação da frente de expansão, frente pioneira e fronteira agrícola no oeste da Bahia. *Boletim de Geografia*, v. 33, n. 3, p. 68-83, 24 mar. 2016.
- FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado. **O tempo da Nova República Da Transição Democrática à Crise Política de 2016 Quinta República (1985-2016)**. Ed. 1ª edição, Civilização Brasileira, v.5 – Rio de Janeiro, 2018.
- FLORES, P. M.; GUIMARÃES, R. F.; CARVALHO JUNIOR, O. A.; GOMES, R. A. T. Análise multitemporal da expansão agrícola no município de Barreiras-BA (1988- 2008). *Campo-Território: Revista de geografia agrária, Uberlândia*, v. 7, n. 14, p.1-19, ago., 2012.
- GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados Terra e Água: O conflito de Itaipu*. Ed. ULBRA Edufba, 2ªedição, Salvador, Bahia, 2003.
- HAESBAERT. Rogério. “Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade. 1995. 387f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- HAESBAERT. Rogério. **“Des-Territorialização e Identidade: A Rede “Gaúcha” no Nordeste**. Niteroi: EDUFF, São Paulo, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Ogrs). **Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p.367-415.
- INOCÊNCIO, M. E.; CALAÇA, M. Cerrado: fronteira da produção agrícola capitalista do século XX. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19, São Paulo, 2009. Anais... São Paulo, 2009, p.1-16.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Biblioteca, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

- \_\_\_\_\_. **Globalização e agricultura:** a região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: Edusp, 2003.
- MARCHÃO, R.L.; VILELA, L.; PALUDO, A.L.; JUNIOR, R.G. Impacto do pisoteio animal na compactação do solo sob integração lavoura-pecuária no Oeste Baiano. Embrapa Cerrados-Comunicado Técnico (INFOTECA-E), Brasília, 2009.
- MARTINS, J. S. Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo: Pioneira, 1975. 161p.
- MARTINS, J. S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. 187p.
- MIZIARA, F. Condições estruturais e opção individual na formulação o conceito de “Fronteira Agrícola”. In: SILVA, L. S. D. (Org.). Relações cidade-campo: fronteiras. Goiânia: Editora UFG, 2000. p. 273 – 373.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 61-85, 2006.
- MIZIARA, F.; FERREIRA, N. C. Expansão da fronteira agrícola e evolução da ocupação e uso do espaço no Estado de Goiás: subsídios à política ambiental. In: FERREIRA JÚNIOR. L. G. (Org.). A encruzilhada socioambiental: biodiversidade, economia e sustentabilidade no Cerrado. Goiânia: Editora UFG, 2008, 107-127.
- MONDARDO, M. L. A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras - BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais. In: Revista NERA, ano 13, n. 17, p. 112-130, 2010.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2008. \_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Annablume, 2011. p.15-30.
- MULLER, Geraldo. **Formulações gerais sobre o CAI.** In: Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec, 1989. p.45-59.
- OLIVEIRA, Lorrany Cantuario de. Matopiba uma região em desenvolvimento. 84f. Monografia (Graduação) - Ciências Econômicas, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020.
- PEREIRA, M. F. V.; KAHIL, S. P. Território e agricultura no sudoeste da Amazônia: campo não moderno e produção para consumo local. Mercator, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 47-64, mai/ago. 2010.
- PRADO JUNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, [1942], 2008.

ROMERO, G. Agronegócio: uma proposta conceitual. *Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 6, n. 01, p. 307–340, 2024. DOI: 10.46551/rvg26752395220242307340. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/7411>. Acesso em: 23 maio. 2024.

SÁ, Hellen Alves; MORAIS, Letícia; CAMPOS, Christiane SS. Que desenvolvimento é esse? Análise da expansão do agronegócio da soja na área do MATOPIBA a partir de uma perspectiva furtadiana. In: *Anais do XXI Congresso Brasileiro de Economia*. 2015.

SALOMON, Marta Maria Röhe. Quem disputa o Matopiba? Interesses e sustentabilidade na fronteira agrícola. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SANTOS FILHO, Milton. O processo de urbanização no Oeste baiano. Série de estudos urbanos. Recife: SUDENE-DPE-URB, 1989.

SANTOS, A. O.; Cavichioli, F. A.; Soares, N. M.; Claudino, T. S. AGRICULTURA 4.0. SIMTEC - Simpósio de Tecnologia da Fatec Taquaritinga, v. 6, n. 1, p. 38-47, 22 dez. 2019.

SANTOS, Ana Maria dos. O século XX: O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. In: *América Latina: Dependência, Ditaduras e Guerrilhas*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. pp. 65 - 96.

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do agronegócio e reestruturação urbana-regional no Oeste Baiano**. *GeoTextos*, vol. 12, n. 1157-181, julho 2016.

SANTOS, C. D. dos; CHAVES, M. L. J. Difusão do agronegócio e urbanização no Nordeste: as regiões produtivas do agronegócio da soja no Oeste da Bahia e da fruticultura no baixo curso do Rio Açu/Jaguaribe (CE/RN). *Geografia Ensino & Pesquisa*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 39–56, 2014. DOI: 10.5902/2236499413277. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/13277>. Acesso em: 18 out. 2024.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. Editora Hucitec, São Paulo -SP, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura Silveira. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SEI, Governo Estadual da Bahia. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. 2003.

SILVA, M. A. V. Impactos ambientais da produção agrícola e sua relação com a compactação dos solos no Cerrado Brasileiro. In: Revista Brasileira de Geografia Agrária, São Paulo, v. 5, n.2, p. 301-317, 2014.

SOUZA, Vinicius Antunes de. **A Elaboração da Viabilidade Territorial para o Agronegócio na Região do MATOPIBA.** 2017. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2014.

SOUZA, Vinicius Antunes de. **Cidades Do Agronegócio: Difusão Do Consumo Produtivo Para Agricultura Moderna No Matopiba.** Revista Pegada – vol. 20, n.2. Maio-Agosto/2019.

RASGADA, Forrozão Sela. Civilização. 2010.

SCOLESO, Fabiana. Transnacionalismo, agronegócio e agricultura 4.0 - a natureza, os territórios e os mundos do trabalho no centro de domínio do capital. Marília, São Paulo: Lutas Anticapitais, 2022.